

PRÁTICAS DA
HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

N.º 16 (2023)



*Recensão a O Atrito da
Memória. Colonialismo, Guerra
e Descolonização no Portugal
Contemporâneo,
de Miguel Cardina*

Carlos Maurício

Práticas da História, n.º 16 (2023): 213-221

www.praticasdahistoria.pt

Miguel Cardina

***O Atrito da Memória. Colonialismo,
Guerra e Descolonização no Portugal
Contemporâneo***

Lisboa: Tinta-da-china, 2023, 213 pp.

Carlos Maurício*

O 25 de Abril e a descolonização constituem duas ruturas profundas na história longa de Portugal. Se a segunda pôs fim a uma existência quase sempre alicerçada num império colonial multiseular, a primeira trouxe-nos uma sociedade democrática e de bem-estar, nos moldes em que esta se foi afirmando no semi-hemisfério norte-ocidental a partir de 1945. Nas vésperas do cinquentenário destes dois acontecimentos, a memória do colonialismo, da guerra colonial e da descolonização é uma realidade viva que, com diferentes modulações, se tem revelado um contínuo campo de batalha. Em *O Atrito da Memória. Colonialismo, Guerra e Descolonização no Portugal Contemporâneo*, Miguel Cardina entende que é chegada a hora de aprofundar o debate sobre estas questões, pois esse passado tem sido muitas vezes “enterrado vivo”. Ao não ser enfrentado, ele constitui um peso do qual não nos libertamos e que nos impede de prosseguir. Este é, pois, um livro escrito por um historiador que não pretende ser “uma obra estritamente académica”. Nascido das preocupações

* Carlos Maurício (carlos.mauricio@iscte-iul.pt), CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. Receção da recensão original: 21-06-2023. Receção da versão revista: 04-07-2023. Aceitação: 04-07-2023.

do presente, em lugar de conclusões sobre o passado examinado, o livro propõe caminhos para enfrentar os desafios abertos pela persistência na sociedade portuguesa do “imaginário de um colonialismo benigno”.

O livro está organizado em duas partes, que não se sucedem cronologicamente, antes tematicamente. A primeira, multiforme, examina a contínua associação entre os descobrimentos, a experiência colonial, “as performances de redefinição identitária” e os efeitos do passado colonial na sociedade pós-1974. A segunda concede uma particular atenção às dinâmicas entre memória e esquecimento relativas à guerra colonial e a certos impactos da descolonização.

A primeira parte descreve a traços largos a construção do colonialismo em África e a sua inscrição no imaginário nacional nos séculos XIX e XX. Especial atenção é dada ao papel do Estado Novo e à sua adoção do lusotropicalismo enquanto ideologia oficial. Tal adoção, formalizada na década de 1950, envolveu passar da “mística imperial”, das primeiras duas décadas do regime, à “mística luso-cristã da integração”. Uma preocupação que percorre todo o livro é a de perceber como e por que motivos esta “mística”, geradora de uma “boa consciência colonial”, permaneceu na sociedade portuguesa após a descolonização, silenciando o racismo, a escravatura, a violência da guerra colonial e a dominação económica e cultural. O que é tanto mais intrigante quanto, seguindo a lição de Boaventura de Sousa Santos, Portugal transitou do sentimento de ser rejeitado pela Europa – por não ser um “colonizador competente” (1890-1930) – para um sentimento de exaltação nacionalista – do país orgulhosamente só, contra os ventos descolonizadores da história (1930-1974) –, para finalmente ser aceite pela Europa pós-colonial, mediante a descolonização¹. Esta aparente incompatibilidade, entre a persistência de um imaginário de traços lusotropicalizantes e um espaço-tempo cosmopolita e pós-colonial, merece ser examinada.

Numa cronologia fina, o autor nota como a ambiência militantemente anticolonial da segunda metade dos anos 1970 começou lenta-

¹ Boaventura de Sousa Santos, *Portugal. Ensaios contra a Autoflagelação* (Coimbra: Almedina, 2011).

mente a ceder o passo a um clima político e cultural onde essa memória recente foi sendo apagada e substituída por uma nova exaltação da epopeia dos descobrimentos. Principais marcas desta reconfiguração: a “XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura: Os Descobrimientos Portugueses e a Europa do Renascimento”, a criação da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, com um ciclo comemorativo abarcando de 1987 a 2003, e a “Expo 98: Os Oceanos, Um Património para o Futuro”. Em todas estas celebrações, a tónica incidia sobre os descobrimentos, mais do que sobre a colonização. A Expo 98, que atraiu 11 milhões de visitantes, permitiu conectar “o novo Portugal a uma ideia de modernidade europeia que se inspirava num passado grandioso”². Esta exaltação pós-imperial da epopeia descobridora procurava representar Portugal não como pioneiro da missão civilizadora, mas enquanto pioneiro da globalização.

O livro mergulha, então, num estudo de caso: as elocuições proferidas pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, entre 2006 e 2016, com referência à temática colonial. Identifica nelas alguns tópicos fundamentais. A colonização essencialmente descrita como um “encontro de culturas”, em que se praticou o convívio e a miscigenação, e de onde se evapora a escravatura, a violência sobre as populações nativas e a luta anticolonial – essa sim, a verdadeira criadora das nações africanas. Também a “evocação do excecionalismo da presença portuguesa no mundo”³. E, ligada a isto, a conceção da língua – “forjada e concedida a partir do antigo centro imperial” – enquanto geradora de uma irmandade imaginada, escamoteando realidades sociais extremamente distintas e estatutos sociais incomparáveis. Por último, a representação de um Portugal enquanto farol e agente dos valores universalistas da civilização europeia no mundo.

O último capítulo da primeira parte debruça-se sobre as batalhas políticas e culturais de hoje em torno do passado colonial e das suas sequelas. São aqui analisadas as polémicas em torno da estátua do Padre

² Miguel Cardina, *O Atrito da Memória. Colonialismo, Guerra e Descolonização no Portugal Contemporâneo* (Lisboa: Tinta-da-china, 2023), 39.

³ Cardina, *O Atrito da Memória*, 51.

António Vieira (2017) e da proposta de criação de um Museu das Descobertas (2018) – polémicas em que se distinguiram particularmente os historiadores –, sem esquecer a proposta de criação de um Memorial de Homenagem às Pessoas Escravizadas (2017). São também referidos os recentes episódios de racismo, xenofobia e de violência policial contra pessoas racializadas, a contramanifestação do partido político Chega, na capital, sob o lema “Portugal não é racista”, a (re)implantação dos brasões coloniais na Praça do Império, em Lisboa, e subsequente polémica e, por último, a realização, no edifício do parlamento português, do colóquio internacional “Amílcar Cabral e a História do Futuro”, antecedendo a exposição “Cabral Ka Mori”, instalada, entre março e junho de 2023, no Palácio Baldaya, no bairro de Benfica, também em Lisboa. São, finalmente, convocadas as deslocações do presidente português, Marcelo Rebelo de Sousa, ao monumento evocativo do massacre de Batepá (2018), ocorrido em São Tomé e Príncipe, em 1953, e o pronunciamento do primeiro-ministro português, António Costa, em Moçambique, relativo ao massacre de Wiriamu (2022), ocorrido em 1972. Esses dois eventos parecem sugerir que o “centro político” começa a romper com o “silêncio institucional” neste domínio. Mas, se isto é o início de um caminho em direção à superação do estado de denegação em que o Estado português tem vivido, o desafio será agora “desenhar medidas que acionem modos efetivos de reparar o peso desse passado e dos seus prolongamentos”⁴. A criação de comissões de verdade e reconciliação, para lidar com os acontecimentos de violência e destruição associados ao colonialismo, é uma das vias. Outra é a devolução das obras de arte ilegitimamente trazidas das ex-colónias. Vários países estão a enfrentar os legados deixados pelos seus passados coloniais violentos. Portugal não deve alhear-se deste movimento internacional.

A segunda parte está centrada nas vias pelas quais a narrativa da guerra colonial no Portugal democrático foi selecionando certos conteúdos e omitindo outros. O exame desta narrativa é fundamental por duas razões. Por um lado, porque foi a guerra o mais poderoso “des-

4 Cardina, *O Atrito da Memória*, 81.

mentido da ideia de salutar convivência entre povos irmãos”. Por outro lado, porque com o 25 de Abril foram os próprios militares que fizeram a guerra a virar armas contra o regime autoritário que sustentava o império e, desse modo, a abrir caminho à transferência de soberania para os povos colonizados e à democratização do país. Esta trajetória, algo incomum, ajuda a explicar a forma peculiar como a guerra colonial e a descolonização têm sido evocadas nas últimas cinco décadas.

Durante o Estado Novo, nunca existiu um movimento contestatário da colonização africana. Só com a guerra colonial adiantada, o antifascismo português se recobriu de tonalidades anticoloniais e, mesmo assim, de forma parcial. O Partido Comunista Português (PCP) esteve na vanguarda desse posicionamento, mas, mercê da sua política unitária de alianças, o seu anticolonialismo ficou-se pela proclamação retórica. Uma das características da dissidência ocorrida no seu seio, em 1963-64, foi exatamente a denúncia do profundo chauvinismo entranhado nas massas populares, com que o partido tinha dificuldade em lidar. Não admira, então, que tenham sido as organizações maoístas a empunhar a bandeira do anticapitalismo anticolonial. Diferença que era também visível em matéria de deserção. Se, inicialmente, o PCP começou por advogar a deserção, passou depois a desaconselhá-la porque feita a título individual. Só a extrema-esquerda defendeu uma deserção ativa e, por vezes, com armas. Simultaneamente, outras forças em campo, como os socialistas ou os católicos progressistas, se alinharam na denúncia e no combate contra a guerra já não se revelaram tão enfáticas no combate ao colonialismo, suas práticas e consequências.

Neste contexto, e ante o papel libertador desempenhado pelas Forças Armadas no 25 de Abril, a sociedade e os agentes políticos preferiram não ajustar contas com o papel repressivo exercido pelos militares durante a guerra. Este “pacto de esquecimento” fez com que a instituição militar não fosse “alvo de qualquer processo de responsabilização e muito menos de reconciliação e reparação para com as vítimas”⁵. Verificou-se, assim, uma dissociação cognitiva entre a ditadura que fazia a

5 Cardina, *O Atrito da Memória*, 115.

guerra e os militares que a executavam. E o autor aponta vários casos que mostram como este dispositivo de esquecimento estava já em marcha poucos anos após o 25 de Abril, sob a direção do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), e se materializava por intermédio da censura (e, na memorialística de guerra, pela autocensura). Não eram só os militares que se sentiam incomodados com a revelação das passadas cumplicidades com a violência, mas também a Igreja Católica. É, aliás, possível que a vinda para Portugal de meio milhão de deslocados das ex-colónias, carregados de uma “memória infeliz”, fruto de vidas e quotidianos abruptamente interrompidos, mas, quase sempre, longe do teatro da guerra, tenha ajudado, no Portugal democrático, a “suprimir ou secundarizar a violência, a desigualdade e a discriminação racial” no espaço ultramarino⁶. Perante isto, só a literatura e o cinema conseguiram proporcionar inicialmente um instrumento anamnésico.

O autor analisa, então, mais detidamente o modo como as próprias Forças Armadas discursaram e evocaram a guerra. Ora o título de *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, dado à obra principiada a publicar em 1988, não podia ser mais eloquente. Ele permitia esquivar a discussão “colonial” *versus* “ultramar”, para além de evitar a utilização do termo “guerra”. Em 1994, vinte anos cumpridos sobre o 25 de Abril, a recordação da guerra tomou conta inevitavelmente do espaço público. A entrada das televisões privadas no mercado e a guerra de audiências vai fazer dos vigésimos aniversários do 25 de Abril e da descolonização um espetáculo mediático dotado de um profundo efeito catártico. A guerra colonial, recalcada durante duas décadas, adquire então uma grande visibilidade. A qual gira, contudo, em torno da rememoração dos “nossos” mortos e dos traumas dos “nossos” soldados. Data precisamente de 1994 a inauguração, em Belém, do Monumento aos Combatentes do Ultramar. Ato que dará início, através de uma associação entre a Liga dos Combatentes e o poder local, à propagação pelo país de réplicas locais evocativas que, em 2020, somavam já 415 unidades.

6 Cardina, *O Atrito da Memória*, 116.

O livro termina com o exame de uma “contramemória” – a da deserção. Esta não seria reivindicada por nenhum grande partido, depois do 25 de Abril, e só tardiamente seriam criadas estruturas associativas reclamando essa memória. Sendo um tema pouco estudado, é já claro que ele provoca uma deslocação do entendimento da guerra – que deixa de ser vista como um desígnio nacional para poder passar a ser entendida como uma empresa fundada nos interesses das classes dominantes. Ao mesmo tempo, mobiliza dois grandes binómios, resignificando-os: patriotismo/antipatriotismo e coragem/cobardia. Deste modo, a memória da deserção acaba por “fornecer um padrão mnemónico alternativo, com base na denúncia da violência e injustiça da guerra e reivindicando formas distintas de considerar agencialidade, heroísmo e sacrifício pessoal”⁷.

O livro enumera então os principais desafios que enfrentam as memórias que vem estudando. É necessário criar condições para que académicos de todo o mundo possam aceder aos materiais de arquivo. O tema dos massacres e das violências de guerra, que tem permanecido na sombra, necessita de ser explorado. Este enorme silêncio pesando sobre as vítimas africanas é por igual patente na ausência de qualquer monumento a elas. Continuam a fazer falta mecanismos de musealização sobre a guerra e o colonialismo que permitam refletir sobre esses passados difíceis. Com efeito, a evocação da guerra tem estado muito centrada nos “nossos” feridos e mortos, esquecendo os feridos e mortos que eles provocaram. Ora, enfrentar “essa nacionalização do sofrimento é um caminho necessário para desbloquear diálogos e desencadear modos de reparação de reconhecimento”⁸. Peça central neste processo serão os diálogos cruzados com a produção académica, intelectual e artística feita nos países africanos sobre estes temas. Tal como o contributo das pessoas racializadas, nacionais ou imigrantes, é fundamental para enfrentar o racismo e a xenofobia.

Duas breves considerações para terminar.

7 Cardina, *O Atrito da Memória*, 163.

8 Cardina, *O Atrito da Memória*, 141.

O livro tem como subtítulo “Colonialismo, Guerra e Descolonização no Portugal Contemporâneo”. Todavia, a segunda parte da obra é inteiramente dedicada à guerra colonial. A análise das memórias da descolonização ficou por fazer. Esta análise é importante pelo que poderia revelar. Acerca da guerra colonial – seja, ou não, assim designada – existe um razoável consenso, plasmado pela dupla negativa: não deveria ter sido prolongada e não se tratou de uma guerra justa, como seria o caso da autodefesa. É essa a principal razão para o Monumento aos Combatentes do Ultramar só ter sido proposto em 1984 e inaugurado apenas 20 anos após o termo do conflito. Veja-se, por exemplo, como o Monumento aos Mortos da Grande Guerra, em Lisboa, proposto logo em 1920, foi inaugurado 13 anos depois do fim do conflito. Veja-se também como o *Vietnam Veterans Memorial*, em Washington, começou a ser pensado quatro anos após a queda de Saigão, para ser inaugurado três anos depois.

A análise das memórias da descolonização iria revelar que o consenso anterior não existe aqui – e isso seria matéria de reflexão histórica. Desde 1975 que a avaliação da descolonização está encerrada num debate, o qual, nas suas linhas gerais, tem obedecido à clivagem esquerda-direita. Se, entre as posições à esquerda, predomina a ideia de que a responsabilidade da retirada dramática dos civis cabe ao Estado Novo, por não ter optado, no seu devido tempo, por uma transferência negociada da soberania, sendo o caminho que foi trilhado o único possível, do outro lado é comum encontrar a ideia de que uma descolonização diferente teria sido possível. A fomentar esta opinião estão não só as vicissitudes do “retorno”, como a forma como o Estado português não soube garantir os seus interesses nas antigas colónias. Uma ideia minoritária que por vezes assoma também é a de que os povos coloniais estariam hoje melhor se o plano de uma confederação lusófona tivesse sido aceite. O “saudosismo” que hoje perpassa na sociedade portuguesa busca alento não tanto no Estado Novo como no império extinto em 1975. Seria também interessante ver de que modo esta avaliação negativa da descolonização se articula com o racismo sistémico na sociedade portuguesa.

Por último, um olhar comparativo seria enriquecedor a vários níveis. A gênese do lusotropicalismo, e a sua receção, em dois tempos, em território nacional está relativamente estudada. Até que ponto, porém, esta ideologia não é uma declinação local de um fenómeno mais global? A descrição das experiências coloniais próprias enquanto colonizações benignas parece ter sido uma constante do fenómeno colonizador. A “boa consciência” colonial está longe de ser um exclusivo português. Seria, pois, interessante comparar o caso português com, pelo menos, outras experiências coloniais que tivessem conhecido lutas de libertação nacional e movimentos de repatriamento no processo da independência, como é o caso da França ou da Holanda.

BIBLIOGRAFIA

Santos, Boaventura de Sousa. *Portugal. Ensaios contra a Autoflagelação*. Coimbra: Almedina, 2011.

Referência para citação:

Maurício, Carlos. “Recensão a *O Atrito da Memória. Colonialismo, Guerra e Descolonização no Portugal Contemporâneo*, de Miguel Cardina”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 16 (2023): 213-221. <https://doi.org/10.48487/pdh.2023.n16.31951>.